

Vulnerabilidade Infantil e (des)Organização Familiar¹

Rute Brites*
Odete Nunes*

Resumo

A criança é, dentro do sistema familiar, o membro mais vulnerável. O seu bem-estar não depende apenas dos seus recursos internos, mas também das condições, mais ou menos favoráveis, que o ambiente e as relações familiares lhe proporcionam. Quando o sistema familiar se desorganiza, as consequências para o seu desenvolvimento são inevitáveis. Contudo, a criança não é um agente passivo nesse processo, e a forma como vivencia o impacto da adversidade – o seu nível de resiliência – e como gere situações desencadeadoras de stresse – as suas estratégias de *coping* – desempenham uma função fundamental na integração da desorganização familiar na sua vivência.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Desenvolvimento. Desorganização. Família. Resiliência. *Coping*.

Introdução

Era uma vez uma menina chamada Alice. E a Alice era uma criança, uma criança sem qualquer característica que a tornasse diferente de todas as outras crianças. Ao mesmo tempo, não era igual a nenhuma outra. Era apenas ela, a Alice. Criança. Pessoa única na sua individualidade. Mas poderemos conhecer profundamente a Alice, sem conhecermos as suas origens? Não. Porque o ser humano não existe no vazio, não ascende a pessoa na solidão.

1 Comunicação apresentada nas VIII Jornadas da Abordagem Centrada na Pessoa: "Vulnerabilidade e Auto-Organização". UAL: Fevereiro-Março 2008.

* Professora de psicologia no Curso de Licenciatura em Psicologia da UAL.

Existir pressupõe relacionar-se com o outro, um outro que progressivamente se torna significativo.

Sabemos, desde há muito, o papel fundamental que cada família desempenha no desenvolvimento das suas crianças. A relação entre a criança e as figuras de referência é vital, assumindo uma importância matricial no processo de personalização da criança (Nunes, Tap, Hipólito & Brites, 2008), sendo desejavelmente promotora de um desenvolvimento sã. Mas, se esta função é essencial quando não existem perturbações fora daquilo que podemos entender como a “dinâmica normal” da família, que dimensão tomará quando a criança se apresenta mais vulnerável por uma condição interna ou externa “anómala”? Centrando-nos novamente na Alice, podemos equacionar alguns dos factores desencadeadores de vulnerabilidade, nomeadamente: e se na Alice se manifesta uma doença? E se na escola surgem problemas na aprendizagem, fruto de um deficit cognitivo (condições internas)? E se se sente emocionalmente agredida na escola? Mas e se for a própria família o factor desencadeador da vulnerabilidade da criança? E se a família ideal se tornar no pesadelo da criança (metaforicamente falando)? E se os pais da Alice se separam? E se a mãe da Alice fica doente? E se algum parente morre (condições externas)?

É, pois, na sequência deste conjunto de interrogações que nos propomos elaborar uma reflexão mais detalhada sobre o papel da família no processo de desenvolvimento.

A importância da família no desenvolvimento

A importância da família no desenvolvimento é cientificamente comprovada, classicamente documentada, e não existem vozes discordantes. Esta representa o alicerce do processo de desenvolvimento da criança. Nas palavras de Schaffer, “as famílias são idealmente adequadas para a educação das crianças [...], facilitam a aquisição de regras de comportamento consistentes e estão associadas a vários outros dispositivos exteriores aos quais as crianças são gradualmente apresentadas” (1999, p. 42).

É, pois, dentro do contexto familiar que a criança aprende a conhecer-se, a conhecer o mundo e as formas de se adaptar a ele. Contudo, tal processo de aprendizagem, se assim lhe quisermos chamar, não é linear, padronizado

ou semelhante para todas as crianças. Nem sequer para a mesma criança. E tal como a criança muda ao longo do tempo, a importância e as funções da família também vão evoluindo e modificando-se, acompanhando o processo de desenvolvimento e a emergência de novas necessidades.

O desenvolvimento completo da criança vai a par com a sua integração no mundo dos seres da sua espécie, dotando-a das ferramentas necessárias à sua sobrevivência, entendida no sentido biológico, psíquico, sócio-cultural.

Na perspectiva do modelo conceptual centrado na pessoa, é possível “[...] conceber o desenvolvimento humano como um processo constante de adaptação positiva em que o organismo, naturalmente, se irá progressivamente diferenciar e modelar, através da integração das experiências mais adequadas às suas necessidades, enquanto ser biológico, psíquico, social, cultural e espiritual, tomando como ponto de partida o conjunto de potencialidades que lhe são inatas” (Brites, 2006, p. 19).

No entanto o ser humano, à partida, é um ser vulnerável, na medida em que a sua sobrevivência depende não apenas da gestão e das especificidades dos seus processos internos, mas exige uma articulação adaptativa com o meio, sustentada na relação entre as potencialidades pessoais e as condições facilitadoras à actualização e expressão dessas potencialidades. Podemos conceber, assim, esta ausência de auto-suficiência, de controlo “total”, como uma vulnerabilidade?

Segundo Tap e colaboradores (2007), qualquer sistema vivo que tenha sofrido choque, ferida ou traumatismo, encontrando-se enfraquecido, carenciado e fragilizado ao mesmo tempo que exposto e indefeso, é vulnerável. As pessoas vulneráveis são aquelas cuja autonomia, dignidade e integridade (física, psíquica e sócio-cultural) estão ameaçadas.

Continuando com o exemplo que foi mote no início deste trabalho, quando a Alice nasceu precisou de cuidados básicos maternos, precisou de ser alimentada e protegida. Enquanto recém-nascida, a sua vulnerabilidade estaria, podemos pensar, num nível máximo (se é que é possível quantificar o estado de vulnerabilidade). Aos quatro anos, já não precisa que lhe mudem as fraldas; consegue alimentar-se sem ajuda, mas precisa agora de “aprender a ser uma menina” e de desenvolver uma segurança que a ajude a enfrentar o “mundo dos grandes”, agora que já se apercebeu do seu tamanho relativo.

As suas necessidades mudaram e a família deve acompanhar, no seu processo parental e desenvolvimental, tais mudanças.

Retomando a nossa reflexão inicial, Cloutier (2005) afirma que a infância é um período crítico no processo de desenvolvimento humano, o período onde se desenvolvem os alicerces da vida, caracterizado por sucessivas novas aquisições e mudanças fundamentais. Muitas mudanças implicam choques, outras representam crises, e a criança, pela imaturidade associada à sua condição, é frágil, pouco autónoma e facilmente “atacável”. É, definitivamente, um ser vulnerável.

Se a isto acrescentarmos a nossa compreensão do que pode constituir um trauma, “qualquer fenómeno, de natureza plural, que exerce uma influência adversa sobre uma potencialidade ou condição, no sentido de impedir a sua plena realização ou a sua acção natural” (Brites, 2006), qualquer ser humano é, em certo grau, um ser vulnerável.

Podemos dizer que a vulnerabilidade também pode situar-se a dois níveis: ao nível das potencialidades emergentes na pessoa, e aí temos uma vulnerabilidade intrínseca, que é ela própria limitativa do processo de actualização destas potencialidades no *continuum* da vida; ao nível das condições, e aí temos uma vulnerabilidade extrínseca, que coarcta e restringe a actualização das potencialidades. Poderemos quantificar a gravidade da vulnerabilidade? Isto é, perante a questão se será mais vulnerável uma criança com doença crónica (intrínseca) ou uma criança órfã que vive na rua (extrínseca), é difícil obtermos uma resposta objectiva.

A vulnerabilidade é, em si mesma, um conceito complexo, que abrangerá uma multiplicidade de hipóteses e situações. Estas, podem ser de ordem física (código genético, doença...), psíquica, social e/ou cultural (Tap *et al.*, 2007). Podem resultar de choques ou traumas em uma ou mais dimensões do funcionamento humano. Podem ser de ordem aguda, imediata e inesperada ou crónica, resultante de um processo.

Detenhamo-nos na teoria do desenvolvimento centrada na pessoa. Após o nascimento, a criança possui aquilo que Hipólito designou de *self* orgânico¹, e que é “constituído pela globalidade das percepções simbolizadas, ou

¹ Este *self* orgânico resultará da evolução do *self* embrionário, anterior ao nascimento da criança (Brites, 2006).

seja, corresponde à totalidade das percepções que estão integradas, de forma harmoniosa, na estrutura do *self*” (Hipólito, 2003, citado por Brites, 2006). Este *self* organísmico funciona de uma forma auto-regulada, ou seja, existe um *locus* de controlo interno que gere a satisfação das necessidades intrínsecas do organismo da criança, independentemente da vontade ou das necessidades dos outros. Podemos dizer que é um funcionamento egocêntrico, dominado pela necessidade de sobrevivência da criança, num momento em que a sua vulnerabilidade é muito grande.

Ao longo do desenvolvimento vai existindo uma relação de equilíbrio entre potencialidades¹ e condições², que vai evoluindo e moldando-se em função das necessidades actuais da criança. As condições actuarão como um mediador de desenvolvimento, que refreiam ou aumentam a actualização das potencialidades. Funcionam como um “filtro” (condutor ou isolador).

Exemplificando, se a Alice tiver, na sua carga genética, qualidades para a música, mas não tiver ninguém que a incentive, a ajude a aprender e se não tiver oportunidade de manusear instrumentos de som, provavelmente nunca saberá tocar. Se tiver potencialidades “médias”, e a colocarem numa escola de música, saberá tocar bem, mas será que dá concertos? Se tiver potencialidades elevadas e a colocarem numa escola e a incentivarem, poderá vir a ser uma artista famosa.

Quanto maior a complexificação das potencialidades e da qualidade das condições existentes, melhor o desenvolvimento atingido. A vulnerabilidade será, assim, um produto da equação potencialidades/ condições de actualização, embora não linear.

No processo de desenvolvimento, com a aquisição da “Percepção do Outro Significante” (Hipólito, 2003, 2005), a criança adquire a capacidade de diferenciar o Eu do Não-Eu, isto é, consegue agora distinguir entre ela própria e os outros, até então partes de uma única experiência organísmica.

1 As potencialidades são todas as informações herdadas geneticamente necessárias ao desenvolvimento máximo do ser vivo, que abrangem não só as características físicas mas também as capacidades psíquicas” (Hipólito, 2003, comun. Pessoal, citado por Brites, 2005)

2 As condições optimais de actualização” (Hipólito, 2003, 2005) incluem factores de ordem biológica, psicológica e social. Através da sua interacção com o ovo permitem a complexificação inerente ao processo de desenvolvimento (Brites, 2005).

A família ganha, neste momento, um “rosto” e uma identidade, se lhe quisermos chamar assim. Possui agora uma existência concreta para a criança, além da satisfação de necessidades e da transmissão dos afectos concretos. É na família que a criança situa os adultos significativos (os seus pais, geralmente), aqueles cuja relação consigo é determinante e vital para o seu desenvolvimento.

Nas palavras de Lemay, “a criança está continuamente mergulhada num banho de afectos cujo sentido ela por vezes descodifica e em que outra parte lhe permanece «enigmática» visto que ninguém lhe explica estes afectos” (2006, p. 77).

Mas a sua existência não pode mais ser egocêntrica. A percepção, pela criança, da aprovação ou da desaprovação dos pais relativamente às suas necessidades, comportamentos e ideias, gera sentimentos contraditórios. As variações na atmosfera familiar, nos rostos, nas palavras e nos gestos, funcionam como pontos de referência que geram sentimentos díspares, ora sentidos positiva ou negativamente. Tais variações serão similares àquilo que Rogers e Kinget (1977) descreveram como condições de valor, que definimos como o conjunto de premissas que as figuras significativas valorizam e desvalorizam/condenam, e que devem regular o funcionamento da criança, para que ela mantenha o amor dessas figuras (Brites, 2006).

Assim, pensando na Alice, podemos equacionar a necessidade que ela sente de agredir o irmão mais novo por ciúmes. Mas qual será o preço a pagar? O que irão os pais pensar? Deixarão de gostar de si? Surge, então, um conflito entre o que sente e o que lhe é permitido expressar para não perder o amor dos pais.

As condições de valor passam a assumir uma função de “*locus* de controlo externo”, na medida em que passam a ser variáveis a ter permanentemente em conta, na avaliação e simbolização da experiência.

Podemos chamar a esta vivência da criança outra vulnerabilidade? Ou apenas mais uma condição de actualização que devemos integrar na “equação adaptativa”?

Hípólito chamou a este processo “traumatismo estruturante fundamental” da personalidade: “não posso simbolizar simbolicamente tudo o que

vivencio porque ponho em risco o amor do outro, a minha própria existência” (Hipólito, 2005, comun. pessoal.).

A partir daqui, a criança desenvolve várias sub-estruturas – o *self* ideal (Rogers, 1954), ou *self* desejado, segundo a denominação de Tap (2003, comun. pessoal), que representa aquilo que a criança pensa que os outros querem que seja e, por isso, deseja ser; ao mesmo tempo e em associação com este, o *self* real (Rogers, 1954), que será aquilo que ela pensa que é, a forma como se vê. Esta dicotomia estará presente, daqui em diante, em todo o seu funcionamento.

De acordo com vários autores, “as ideias parentais traduzem-se não apenas em condutas específicas educativas [...] mas também na forma como o ambiente familiar está organizado e estruturado em relação à criança” (Lautrey, 1980; Seginer, 1983; McGillicuddy-DeLisi, 1985; Parks & Smerli-glio, 1986; Palácios, 1987; Schaeffer, 1987; Benasich & Brooks-Gunn, 1996, citados por Cruz, 2007).

Creemos, tal como Lemay (2006), que cada família (entendida agora num sentido restrito) tem um projecto educativo para as suas crianças. E que as condições de valor são as *guidelines* desse projecto, a forma como operacionalizam, diariamente, aquilo que desejam de melhor para os seus elementos mais vulneráveis.

Segundo Pires (2007), são os pais que têm a responsabilidade de construir e cuidar do ambiente biológico, físico, psicológico e afectivo que rodeia a criança, e de promover um clima de acolhimento e afectividade.

Não será difícil, então, perceber como as condições de valor são um conceito fundamental para compreendermos o papel da família no desenvolvimento da criança e até para “lermos” a sua personalidade adulta.

Vemos, assim, como a vulnerabilidade da criança pode estar associada à forma como integra tais condições, na medida em que estas foram em maior ou menor grau consonantes com a sua experiência.

É com certeza inevitável que quanto mais desorganizada e desestruturada for a família, mais isso será transmitido à criança, em dinâmicas familiares mais ou menos patológicas, podendo contribuir para o aumento da vulnerabilidade da criança.

E se algo corre menos bem que o desejável na família e/ou na criança?

Um dos conceitos essenciais para compreendermos qualquer sistema e, neste caso, o sistema familiar, é o de organização.

Cada família possui uma organização própria e idiossincrática. Como qualquer sistema, possui formas de se auto-regular e de se organizar, a cada momento. Segundo Relvas, a família possui uma capacidade auto-organizativa que lhe confere coerência e consistência, num processo dinâmico de equilíbrios (2004).

Kaplan e Kaplan (1987) afirmam que a família, enquanto sistema, funciona de forma adaptativa, perante o ambiente; cada sistema familiar tem um funcionamento próprio porque factores de diversa ordem assim o exigem.

Consideramos ser este um processo similar ao processo de auto-organização (termo paralelo ao de tendência actualizante, segundo Hipólito, 2003) do ser humano, no qual, pela gestão optimal das suas potencialidades e das condições em que estas se actualizam, ele se adapta, em cada momento e a cada situação que experiencia da melhor forma possível para si.

Nas palavras de Gesell, “a unidade familiar é uma instituição complexa. Carece de ser planeada melhor do que geralmente é, e também de se julgar a si própria com maior decisão” (1992, p. 345).

Também o “organismo” familiar possui uma capacidade intrínseca de actualização, como vimos, e também referimos já a analogia possível com o organismo humano. Com potencialidades próprias, que requerem condições de actualização. Resultando dessa interacção permanente um conjunto de capacidades que permitem a funcionalidade do grupo familiar e dos seus elementos.

O ciclo de vida da família pode representar um bom exemplo, por um lado, de como esse sistema actualiza e integra a mudança, quando necessário, por outro lado, de como cada fase constitui um potencial risco e pode provocar ou influenciar a desorganização familiar.

Segundo Carter e McGoldrick (1988, 1999, citados por Cloutier *et al.*, 2005) o ciclo de vida da família passa por seis fases:

- 1) O jovem adulto
- 2) O casal ou a reunificação de duas famílias

- 3) A família com crianças
- 4) A família com um ou mais adolescentes
- 5) A partida dos filhos
- 6) A reforma e a idade madura dos pais

Cada fase apresenta características próprias, e coloca desafios aos seus membros. Constituem, também, momentos delicados no seio das relações afectivas familiares e, em nossa opinião, momentos de elevada vulnerabilidade e risco.

A organização da família é determinante da sua estrutura, e faz-se através de uma teia de comunicações, de relações entre os seus membros (Relvas, 2004). Qualquer interferência num dos elementos do sistema afecta o sistema como um todo. Basta haver um problema, qualquer que ele seja, para ser necessário à família reorganizar-se e fazer-lhe face, através de um processo dinâmico.

De acordo com Relvas, “quando a família ultrapassa a margem de estabilidade neutra em que as flutuações são contidas e em que o sistema permanece mais ou menos estável, ocorrem mudanças irreversíveis” (2004, p. 27). São o que conhecemos como crises. E as crises podem ter um final satisfatório, ou não! A desorganização familiar poderá ter um resultado pouco feliz para todos os membros da família, em particular para a criança. “Quanto mais o clima familiar for tenso, mais difícil será para a criança saber aquilo que depende dela e aquilo que resulta de conflitos conjugais não elucidados, de preocupações financeiras ou profissionais caladas, ou então de variações de humor que dependem das apreensões dos pais.” (Lemay, 2006, p. 77).

Provavelmente, quando as condições se tornam demasiado desfavoráveis, se o organismo familiar não possui, em si, capacidades para as ultrapassar, se é pouco resiliente ou está já fragilizado por uma sucessão de contrariedades, pode ser difícil reorganizar-se ou alcançar novamente a homeostase. Se as condições internas (potencialidades e capacidades) e as condições não o permitirem, a família pode desorganizar-se, e, no extremo, desintegrar-se.

Como refere Gesell, “a família é, sem dúvida, um corpo político estreitamente compactizado. É constituída psicologicamente por uma verdadeira rede de relações interpessoais submetida a tensões normais e, por vezes, a atri-

tos anormais. A imagem que a criança vai formando da vida da família é, na sua essência, um desenvolvimento das experiências a que ela é sujeita no seu círculo familiar” (1996, p. 346)

O maior ou menor grau de auto-organização da família constitui, por si mesmo, uma condição de actualização das potencialidades da criança, nomeadamente de tipo afectivo-social. A desorganização familiar¹ pode, inequivocamente, contribuir para o aumento da vulnerabilidade da criança.

Mesmo quando as potencialidades da criança são desfavoráveis, a organização familiar pode actuar como um facilitador de actualização; pelo contrário, se o próprio grupo-família se encontra vulnerável, não haverá clima nem condições afectivas para o desenvolvimento saudável.

Por exemplo, se a Alice da nossa história adoecer, com uma doença crónica e a família reagir de forma adequada, esta aprenderá a gerir a sua doença e as limitações decorrentes; se a família estiver desorganizada, “doente”, poderá não haver disponibilidade (emocional e física) para atender às necessidades da Alice.

Segundo Kaplan e Kaplan, a cada momento o indivíduo cria e mantém os seus processos de auto-organização da experiência, ao mesmo tempo que cria, juntamente com os outros membros da família, processos de apoio mútuo, de forma a responder a cada situação. Esta interacção permite, à partida, manter a estabilidade e continuidade dos processos de experiência individual (1987). Ou seja, tem de existir, permanentemente, um processo dinâmico (“elástico”) de adaptação entre a experiência orgânica enquanto ser individual e a experiência enquanto parte do sistema familiar. Mas se a experiência individual e os papéis familiares se tornam incompatíveis, a desorganização é quase inevitável.

¹ Não nos referimos, aqui, a uma forma específica de desorganização, que pode desenvolver-se sob a forma de separações, doença, morte, entre outras situações.

Reorganização individual perante a desorganização familiar

Como é que os indivíduos, neste caso particular as crianças, conseguem enfrentar essa adversidade? Conseguem, na medida daquilo que lhes é possível organismicamente, reorganizar-se?

É consensual que qualquer que seja a crise ou o motivo da desorganização familiar, tem sempre como consequência o desenvolvimento, em todos os elementos da família, de novas formas de funcionamento. Só assim faz sentido falar de adaptação.

Contudo, parece-nos importante salientar que a causa dessa mudança joga um papel importante, não é indiferente no processo. Diferentes tipos de crise, com motivos e implicações distintas, provocam diferentes níveis de vulnerabilidades (exemplo: o facto dos pais da Alice se divorciarem terá consequências diferentes da mãe da Alice ficar desempregada ou o pai da Alice ser doente crónico). E não podemos olhar para elas, à partida, com o mesmo olhar.

Segundo Ross, Roberts e Scott (s.d., citado por Tap, 2002), existem diversos factores que podem ter um efeito relevante sobre a vulnerabilidade (ainda que o efeito não seja linear nem previsível). Os autores referem as práticas parentais ineficazes e a dinâmica das famílias monoparentais. Contudo, nas suas investigações, perceberam que as primeiras apenas aumentavam a vulnerabilidade nas crianças mais pequenas (menores de 6 anos). Concluíram ainda que não existia uma maior vulnerabilidade a problemas de desenvolvimento em crianças membros de famílias monoparentais. Então, como explicar estes resultados entre muitos outros que vão num sentido similar?

Embora, inequivocamente, a desorganização familiar, seja de que ordem for, tenha consequências no processo de desenvolvimento da criança, num primeiro momento (a que chamaremos de “choque”), parece existir, embora se manifeste de forma diferente em cada criança, uma capacidade adaptativa à nova situação familiar. Para compreendermos este mecanismo orgânico de modificação individual detenhamo-nos nos conceitos de resiliência e de *coping*.

Resiliência

De acordo com Tap (2002) o conceito de resiliência remete para o facto de que após uma queda, uma crise ou uma ruptura, a pessoa relança-se, começa de novo, luta contra o negativismo ou a experiência depressiva. Há uma “capacidade de embate”, de enfrentar a adversidade. Pode ser definido, em termos psicológicos, como “a capacidade de se desenvolver normalmente apesar da influência de condições adversas susceptíveis de prejudicar a adaptação” (Cloutier *et al.*, 2005, p. 328). O que encaixa perfeitamente na abordagem que adoptamos, que pressupõe a existência de uma capacidade adaptativa em todo os seres humanos.

Este conceito está associado à capacidade de alcançar, de viver e desenvolver-se de forma positiva, de acordo com as normas sociais, perante um acontecimento ou situação que poderia ter uma consequência adversa para o indivíduo (Vasnistendael, 1998, citado por Tap, 2002).

Também a resiliência parece remeter para a dinâmica potencialidades/ condições. A mesma característica, em pessoas diferentes, pode funcionar como factor de risco ou factor de protecção, considerando todas as variáveis intervenientes. Se, no geral, as condições proporcionarem a actualização máxima das potencialidades, haverão mais factores de protecção, e menos de risco; pelo contrário, se não existirem condições de actualização favoráveis, os factores de risco serão em muito maior número.

Ainda assim, as condições existentes actuam sempre no seu grau máximo, em termos da actualização potencial. E, em situações adversas, algumas condições parecem ter um efeito “retardado” e prolongado, isto é, permitem anteriormente a actualização de determinada potencialidade que tem, a posteriori, um efeito positivo na adaptação à crise.

Cloutier, Gosselin e Tap (2005) referem que a forma como a criança desenvolve resiliência resulta da combinação de vários factores que podem estar relacionados com o perfil genético, com o temperamento, com as primeiras relações de vinculação, com o momento da vida da criança, com a existência de um ambiente securizante ou de uma relação de boa qualidade afectiva com uma pessoa significativa para a criança.

Antes da desorganização (familiar), terá existido organização e harmonia. Terá existido, na maior parte das situações, um meio propício do desenvolvimento saudável para a criança. Deverão ter estado presentes, num grau mínimo, certas condições favoráveis à actualização de algumas potencialidades. E agora, a situação de desorganização põe à prova os recursos internos da criança, e a sua capacidade de utilizar os recursos externos que continuam presentes. Deste modo ela conseguirá, subjectivamente, manter a organização subjectiva possível ao seu organismo, pondo em funcionamento diferentes estratégias de *coping*.

Coping

O conceito de *coping* pode ser brevemente definido como o conjunto de estratégias cognitivas e comportamentais desenvolvidas pelo sujeito para lidar com as exigências internas e externas da relação pessoa-ambiente, que são avaliadas como excessivas, e as reacções emocionais causadas por essas exigências (Lazarus & Folkman, 1984, citado por Tap, Costa & Alves, 2005). Será, de modo geral, a forma como cada pessoa faz face a situações de stresse.

A maneira como a criança gere a vivência e o impacto da desorganização familiar reflecte, igualmente, a forma como internalizou modelos de avaliação (das situações) e conduta (face às mesmas), sendo mais um factor a considerar no processo de adaptação.

Existem estratégias mais adaptativas, mais promotoras de bem-estar, e estratégias menos adaptativas, no extremo patológicas; as mais representativas do funcionamento da criança condicionarão a sua capacidade de gestão do stresse e de manutenção do equilíbrio orgânico.

A predominância na criança de estratégias de *coping* “positivas”, funcionará como um factor de protecção perante a adversidade, e será uma variável na diminuição da sua vulnerabilidade, na medida em que elevados níveis de stresse contribuirão para o aumento da vulnerabilidade (física, psíquica e social). Se a criança possui, no seu repertório, essencialmente estratégias de *coping* desajustadas, estará mais vulnerável (e, talvez, menos resiliente).

Contudo, o *coping* será, ele mesmo, um produto da actualização de determinadas potencialidades e da internalização das condições de valor e

subsequentemente, dos modelos relacionais proporcionados pelas figuras significativas. É, então, também um resultado do processo de desenvolvimento, pelo que nas crianças ainda se encontra em processo de complexificação, num estado “inacabado”, de imaturidade. Tal facto pode ser perspectivado de duas formas: positivamente, uma vez que a criança terá uma maior flexibilidade de reacção às situações, e consequentemente não possui ainda um sistema de resposta “cristalizado”; negativamente, porque algumas situações podem ser vivenciadas como demasiado perigosas ou desestabilizadoras, geradoras de sentimentos de insegurança, impotência e medo.

Conclusão

Geralmente, quando pensamos em desorganização familiar, pensamos imediatamente nas consequências nefastas para a criança. Mas os estudos demonstram que, apesar de existirem consequências e embora dependa do tipo de situação e de cada criança, algumas mantêm um ritmo de desenvolvimento normal, sem apresentarem sinais ou sintomas de afectação ou perturbação. Como conceptualizar, então, a vulnerabilidade infantil?

Em nosso entender a vulnerabilidade, que geralmente é um conceito com uma única representação (negativa e prejudicial ao desenvolvimento), pode ser conceptualizada também como um factor de desenvolvimento, na medida em que impele à actualização de mecanismos que capacitam a criança para a adversidade, minimizando na medida do possível os efeitos desfavoráveis da desorganização vivenciada no seio da família.

A desorganização familiar que pode ser, simultaneamente, factor de risco para a resiliência, factor desencadeador de stresse e factor de perturbação orgânica, pois pode colocar em causa o desenvolvimento geral, terá, pois, sempre um impacto na criança. No entanto e desejavelmente, a capacidade de auto-organização da criança, operacionalizada em mecanismos como a resiliência e o *coping*, entre outros, permitir-lhe-á gerir optimalmente o seu nível de vulnerabilidade.

Referências bibliográficas

- BRITES, R. (2006). *Explorando a Teoria da Personalidade de Rogers: O Desenvolvimento Humano na Perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa*. Monografia de P6s-Graduação não publicada. Universidade Autónoma de Lisboa
- CLOUTIER, R., GOSSELIN, P. & TAP, P. (2005). *Psychologie de l'Enfant* (2^e éd.). Montréal: Gaëtan Morin éditeur.
- CRUZ, O. (2005). *Parentalidades*. Coimbra: Edições Quarteto.
- GESELL, A. (1996). *A Criança dos 5 aos 10 anos* (tradução de Cardigos dos Reis). Lisboa: Publicações Dom Quixote (obra original publicada em 1946).
- KAPLAN, M. & KAPLAN, N. (1987). Processes of experiential organization in individual and family systems. *Psychotherapy*, 24 (3 S): 561-569.
- LEMAY, M. (2006). *Que tem a Família Para Oferecer à Criança?* (trad. E. Pestana). Lisboa: Climepsi Editores (obra original publicada em 2001).
- NUNES, O., TAP, P., HIPÓLITO, J. & BRITES, R. (2008). *Uma Nova Escala de Valores*. Submetido para publicação.
- PIRES, M. (2007). *Os Valores na Família e na Escola. Educar para a Vida*. Lisboa: Celta Editora.
- RELVAS, A. P. (2004). *O Ciclo Vital da Família – Perspectiva Sistémica* (3.^a ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- ROGERS, C. & DYMOND, R. (1954). *Psychotherapy and Personality Change*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SCHAFFER, H. R. (1999). *Desenvolvimento Social da Criança* (tradução de Fernando Dias Antunes). Lisboa: Instituto Piaget (obra original publicada em 1996).
- TAP, P., HIPÓLITO, J., NUNES, O., PIRES, M., BRITES, R., LANEIRO, T., PIRES, P. & RIBEIRO, A. (2007). *Vulnerabilidade Psicossocial e Contextos Instáveis*. Manuscrito não publicado.
- TAP, P. (2002). La dynamique des séparations: crises, transitions et développement personnel. In: SAINT-JACQUES, M. C. & CLOUTIER, R. *Séparation conjugale: pour qui les gains, pour qui les pertes?* Actes du colloque de recherche tenu dans le cadre du 70^e Congrès ACFAS, Mai 2002, Université Laval.
- TAP, P., COSTA, E. & ALVES, M. (2005). Escala Toulousiana de Coping: Estudo de adaptação à população portuguesa. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 6 (1): 47-56.

Bibliografia

BRAZELTON, T. & SPARROW, J. (2003). *A criança dos 3 aos 6 anos* (2.ª ed.) (tradução de Sílvia Serrano Santos). Lisboa: Editorial Presença (obra original publicada em 2001).